Frei Francisco do Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo.

Maria Renata da Cruz Duran¹

Resumo:

Neste artigo nós procuramos trabalhos a respeito da sermônística no Brasil, especialmente sobre Frei Francisco do Monte Alverne, entre 1808 e 1830. Após esta análise, nós tentamos fazer uma proposta para um novo estudo.

Abstract:

In this article we looking for works about the sermonic in Brazil, especially about Frei Francisco do Monte Alverne, between 1808 and 1830. After this analysis, we try make one propose to new study.

O Brasil oitocentista tinha poucos leitores e ainda menos espaços de reunião. A Igreja Católica, desde a colônia, havia desenvolvido um contato de cunho pedagógico com a população. A figura do padre e a sua voz entoada pelos sermões concentravam as atenções e a população num único lugar que, portanto, tornou-se um espaço de sociabilidade. A sermônística no Brasil desenvolveu-se sob estes parâmetros. A partir de 1808, galgou maior destaque pelo fato de que D. João VI aproximou o gênero da casa real; com sua volta a Portugal, em 1822, a sermônística passou a perder o espaço conquistado. D. Pedro I não era adepto do gênero, nem tampouco era afeito às críticas que os pregadores haviam se acostumado a fazer, mas manteve alguns pregadores imperiais e as pompas desta fala até sua abdicação, em 1831. O período regencial no Brasil, entretanto, abrigou conflitos que ultrapassaram a capacidade agregadora de alguns sermônistas, a urgência pela criação e enraizamento de uma cultura nacional, desenvolvida de 1808 a 1831, já não estava presente da mesma forma no período posterior. A figura do sermônista perdeu a importância anteriormente obtida em face desta nova configuração nacional e também do declínio do gênero, herdado da Europa. Assim, os limites de nossa pesquisa vão de 1808 até meados de 1830. Frei Francisco do Monte Alverne foi uma das principais figuras deste processo, quer pelo fato de ter sido Pregador Imperial de 1816 a 1836, quer pela importância conquistada com este posto. Um estudo de sua figura propõe, conquanto, a análise da influência da sermônística na formação de uma opinião pública que, então, se auto-denominaria brasileira.

¹ Pós-graduanda em História, pelo programa da FHDSS/ Unesp – Franca, com a orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

Frei Francisco do Monte Alverne nasceu em 1783, no Rio de Janeiro. Estudou teologia no Convento São Francisco de Assis, em São Paulo, onde se tornou pregador passante e professor de filosofia. Alcançou o posto de Pregador Real em 1816 e mudou-se para o Rio de Janeiro. Lecionou Retórica e outras disciplinas no Colégio São José/RJ. Recolheu-se da cena pública quando foi tomado pela cegueira, em 1836. Morreu em 1858, na casa de amigos, em Niterói. Foi responsabilizado por Gonçalves de Magalhães como precursor das idéias românticas no Brasil. Como estas idéias consistem, no dizer de autores como Antonio Candido (1969), Silvio Romero (1902) e Sérgio Buarque de Holanda (195), nas letras de fundação da identidade nacional e, ao cabo, na invenção de uma intelectualidade brasileira, parece-nos de suma importância analisar os trabalhos que levaram Monte Alverne e a sermonística a esta relevância. Neste momento, acreditamos que a melhor forma de apresentá-lo é oferecendo um quadro geral dos estudos que discorreram a respeito de sua figura e de seu gênero, seguido de um detalhamento das fontes que serviram ao embasamento dos mesmos. Aproveitando o ensejo, gostaríamos de apresentar a nossa proposta de trabalho em relação a este personagem e a metodologia com a qual pretendemos efetivar esta pesquisa, assim compondo um artigo que consiste na proposta de um roteiro para um novo estudo a respeito da sermonística no Brasil, segundo a figura do Frei Francisco do Monte Alverne.

A) O Frei

João Antônio da Silva era pai de Monte Alverne. Ourives, natural da Ilha de Picos, nos Açores, era filho de Manuel Gomes de Oliveira, sapateiro, e Madalena Josefa de Santa Rosa. Ana Francisca da Conceição era a mãe de Monte Alverne. Natural do Rio de Janeiro era filha de Joaquim José de Souza Machado, cuja profissão ainda é desconhecida, e Rita Maria de Carvalho. João Antonio e Ana Francisca casaram-se em 9 de junho de 1783. Francisco José de Carvalho nasceu no mesmo ano, era provavelmente o primeiro filho do casal. O nome Francisco José de Carvalho não está desta maneira grafado pelo fato de que Monte Alverne fosse talvez um filho bastardo, mas, como neste período os pais podiam optar pelos sobrenomes, Francisco foi registrado como Carvalho e seu provável irmão foi registrado como Silveira, Antônio João Silveira. São poucos os registros de sua

família, apenas uma carta foi enviada pelo irmão, em 7 de fevereiro de 1856. Frei Roberto Lopes pondera que²,

Insinuam alguns autores que Monte Alverne estudou na escola régia dirigida pelo poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga que, em agosto de 1782, abriu seu curso de Retórica e Poética sob a proteção do vice-rei D. Luís de Vasconcelos. Fechou-se esta escola em dezembro de 1794 quando foi o poeta levado prisioneiro para a Ilha das Cobras, onde permaneceu por dois anos e meio, isto é, até 9 de julho de 1797. Monte Alverne contava com 13 anos de idade. Saído o poeta do cárcere, reabriu a escola e ocupou-se de novo em ensinar Retórica e advogar sempre com crédito e geral estimação. (Lopes, 1958: 1958)

A Igreja não contava com muito prestígio no momento em que Monte Alverne ingressou nos estudos religiosos, pois desde D. José I não eram aceitos noviços em suas ordens, os erários haviam diminuído e exercitava-se uma política de contenção de gastos. Os poucos créditos da família, provavelmente, tornaram o estudo de uma profissão algo impossível ao jovem Francisco. O Convento Santo Antonio era o mais conhecido no Rio de Janeiro e, em tempos de crise, um dos poucos que aceitavam novos integrantes. Ao ingressar no Convento Santo Antonio, Francisco José de Carvalho ingressava na ordem franciscana, cujo carisma – aspecto pelo qual a ordem deve ser exercitada e diferenciada das demais - é a simplicidade e o desprendimento material. O voto mais importante desta ordem ainda é o voto de pobreza. Em 1800, Francisco José de Carvalho apresentou-se ao Convento Santo Antônio, no Rio de Janeiro. O ministro provincial do período, Frei Antônio de São Bernardo, expediu o documento oficial de ingresso em 27 de julho de 1801, com a ajuda do Frei Vitorino de São José. A inquirição jurídica, em que se atesta a iminência de seu ingresso, foi realizada em duas datas: 9 e 10 de setembro de 1802, respectivamente com o testemunho de José de Freitas e João de Mello, Inácio Botelho de Siqueira e João de Souza Machado. O ingresso na vida religiosa era marcado por uma nova identidade, que significava

² Como esta informação não pode ser comprovada, não discutiremos a respeito dela.

uma nova postura diante do mundo. O novo nome era escolhido pela ordem, e o que foi recebido por Francisco remetia a um período de reflexão. Monte Alverne foi o local para onde Francisco de Assis, fundador da ordem, dirigiu-se a fim de refletir sua religiosidade. Retornou com a perspectiva da renúncia aos prazeres mundanos e da solidariedade em relação ao próximo. Os primeiros estudos de Francisco, então renomeado como Frei Francisco do Monte Alverne, foram realizados sob o comando do Frei Alexandre de São José. A cadeira de retórica estava ocupada pelo Padre Sampaio, renomado orador do período. Quando chegou ao Convento São Francisco em 1802, Monte Alverne estudou filosofia e teologia por quatro anos, junto a uma turma em que constavam 11 brasileiros e 11 portugueses, graças à instituição pela qual o mesmo número de brasileiros e de portugueses deveria ter acesso aos estudos religiosos no Brasil. O novo guardião e regente do Convento, Frei Antônio de Santa Úrsula Rodoalho, considerado um sábio da época, lhe ministrou as primeiras aulas. Entre as aulas de Filosofia e as de Teologia, Monte Alverne instruiu-se nas Ordens Sacras e, em 1808, recebeu as quatro ordens menores. Apenas duas delas foram registradas: em 1 de fevereiro de 1808 o subdiácono, ou Epístola, e em 8 de fevereiro o diaconato, ou Evangelho; ambas foram recebidas pelas mãos de Dom Mateus de Abreu Pereira. No ano de 1810, a Congregação do Convento mudou o corpo docente do Colégio São Paulo e, embora fosse tradição que um instrutor acompanhasse a turma até o término de seus estudos, o Frei Inácio de Santa Justina Leite, que lecionava Filosofia, foi transferido para Taubaté como superior do Convento de Santa Clara. Frei Antônio do Bom Despacho Macedo foi quem o substituiu no cargo de Lente de Prima e Frei Joaquim de Santa Catarina Loyola como Lente de Vésperas e, posteriormente – 1818, como Núncio Apostólico; em outras palavras, as aulas e as demais atividades foram divididas para que o curso não perdesse o ritmo anteriormente conquistado. Estas mudanças e transferências atingiriam a outros partícipes do Convento. Monte Alverne foi eleito para Pregador Passante, transitório, do Convento. Desta maneira, Monte Alverne ingressou na atividade do púlpito, “*pira em que arderam meus olhos*” (MONTE ALVERNE: 1858, p. XV). Seu primeiro sermão teve o título “*Sobre o amor dos inimigos*” e aconteceu no primeiro domingo da quaresma daquele ano. Na Congregação Capitular de 24 de abril de 1813, realizada no Rio de Janeiro, Monte Alverne foi eleito Professor de Filosofia do Colégio

São Paulo. Segundo as Tábuas Provinciais, sua primeira aula começa por uma reflexão: *“há pouco ainda discípulo”*, agora como mestre. Parecia ter consciência de que uma situação inusitada o colocara na situação de Pregador e Professor relativamente cedo. Para lecionar, segundo Manuel Joaquim do Amaral, discípulo de Monte Alverne, os padres paulistas recebiam entre 200 e 150 contos de réis anuais. Entretanto, como franciscano, Monte Alverne deveria contentar-se com o bastante para sua sobrevivência e doar o restante para a Ordem (Taunay, 1956). Professor e pregador, Monte Alverne passava a maior parte de seu tempo na biblioteca do Convento que, na época contava com cerca de 4 mil volumes (IHGBSP, Vol.20). Graças a esta condição, pode gabar-se, ao longo de sua vida, do autodidatismo pelo qual aprendeu francês. Os primeiros contatos com o ecletismo de Victor Cousin nos parecem ter sido efetivado durante estes anos. Os diferentes cargos, assumidos em tão poucos anos, fizeram do jovem de 29 anos um trabalhador assíduo. Se antes era aclamado como um dos mais estudiosos, agora precisava ainda mais destes estudos.

As influências do kardecismo, do positivismo e da homeopatia (Alencastro, 1994) eram observadas em São Paulo, mas desprovidas da forte entonação percebida no Rio de Janeiro. Neste ensejo, a capital paulistana não constituía um espaço de efervescência cultural aos moldes cariocas. Entretanto, dada a gradativa diminuição de ingressantes nas ordens e da igualmente crescente diminuição dos investimentos ou arrecadações para esta área, conventos como o Santo Antonio, no Rio de Janeiro, não dispunham de tantos professores ou recursos para o aprimoramento de seu “exército da fé”. Em São Paulo, além da herança jesuíta, Monte Alverne pode desfrutar da convivência com cerca de 400 internos, da instrução de renomados pensadores como Frei Rodoalho e Frei Santa Justina e do fato de ter concluído sua formação no mesmo espaço em que freis como Antônio Feijó e Galvão. De 1802 a 1816 o quadro paulistano era o de uma cidade pouco urbanizada, como o Rio de Janeiro até 1808, a vida social era menor ainda e as atividades religiosas concentravam a atenção da população. A chegada da corte ao Brasil, influenciou a capital paulista na medida em que exigiu de todo o país um cuidado maior consigo mesmo. O espaço da cidade era redimensionado e a vida de Monte Alverne também. Do garoto de 19 anos que chegara à cidade, poderíamos esperar o fortalecimento da voz de barítono (Silveira Bueno, 1968). Em São Paulo, Monte Alverne estudou 8 anos, começando a pregar 2

anos depois da chegada da Corte ao Brasil. Dos 27 aos 33 anos pregou e lecionou no Convento São Francisco de Assis, ocupando toda a sorte de cargos, conforme as necessidades da Província franciscana. Esta flexibilidade, inclusive nas disciplinas ministradas, colaborou com a diversidade dos temas abordados em seus sermões. Quando convidado a pregar no Rio de Janeiro, Monte Alverne não seria o único Pregador Real, mas era um dos poucos que guardava uma educação muito próxima dos moldes jesuítas e uma proposta filosófica modernizadora, o ecletismo. Entre pregadores como Frei São Carlos, que primou pela poesia, e Januário da Cunha Barbosa, ressaltado por sua colaboração política, a presença de Monte Alverne atuou como um agente transformador no papel e na postura dos oradores sagrados no Brasil. De parâmetro religioso, estes pregadores serviriam como modelos ao discurso político da época, e Monte Alverne, senão mediou, exercitou suas capacidades justamente no hiato entre a primeira e a segunda proposta. Seu retorno ao Rio de Janeiro foi marcado pela sensação de mudança. Em São Paulo seu destaque não ultrapassou a regra, o *capuchinho* não alcançou a proeminência de criador de um estilo, mas de um personagem que desenvolveu muito bem os papéis que lhe couberam segundo as normas vigentes. Seria no Rio de Janeiro que sua figura tomaria a substância de inventor de uma cultura nacional, seja pela transformação por que passaram suas idéias, seja pelo volume de pessoas que agora atingia. Em São Paulo, o convento franciscano herdara dos jesuítas uma tradição nos estudos, no Rio de Janeiro desenvolveu-se o debate político – haja vista estar na sede da colônia e, então, do império. As duas importâncias tiveram medida na atuação de Monte Alverne. Em São Paulo, Monte Alverne esteve afeito ao moderno ecletismo, era diferente. No Rio de Janeiro, concordou com o rei, era igual. Norma e exceção, Monte Alverne mudou de opinião a respeito da monarquia, a respeito da religião; mas manteve o ecletismo de sua filosofia e a sermonística como forma de expressão. Em 1816, retornou para o Rio de Janeiro, convidado por D. João VI para exercer a função de Pregador Real. Em 1836, a cegueira lhe tomou as perspectivas, e o frei franciscano voltou ao claustro.

A doença que lhe atingiu os olhos é chamada de amaurose. A amaurose é o estágio máximo da cegueira, a pessoa não pode ver vultos, ter noção do claro e do escuro, de distância. Causada, na maioria das vezes, por problemas neurológicos ou psicológicos, também pode ser contraída congenitamente, neste caso, desde a infância detectam-se

os primeiros estágios (http://www.rafe.com.br/enciclopedia/am_ao.asp, acessado em 30 de novembro de 2003). Monte Alverne reclamava da fraqueza de sua visão em algumas cartas enviadas para o amigo Gonçalves de Magalhães, em meados de 1830. Psicológica? Neurológica? Não há como saber as causas desta doença em Monte Alverne, caso fosse uma doença congênita, faltar-nos-iam relatos de sua infância e de seus parentes. O que nos parece mais provável é que fosse uma doença neurológica ou psicológica, pois, além da cegueira, Monte Alverne reclamava da falta de lembrança, do cansaço, do nervosismo. Esgotado, dizia, em suas cartas para Gonçalves de Magalhães, não ter forças para falar, para pensar ou mesmo para ouvir. Junto às suas dores, o período de Regências, antecedido pelo governo de D. Pedro I, apresentava turbulências que não mais favoreciam sua atuação como pregador. As dificuldades se generalizaram e a doença teve campo para seu avanço. Em 1836, Frei Francisco do Monte Alverne retirou-se da cena pública e, a partir desta data, vagou por alguns lugares, o Convento Santo Antonio/ RJ, o Convento da Penha/ ES, o Convento São Francisco/ SP, a casa de amigos em Niterói. Foi o primeiro orador sacro a publicar os sermões, que reformulou com a ajuda de Francisco Luís Pinto, a pedido de Gonçalves de Magalhães, em 1852. Com a concessão do voto de chancela ainda participou de muitas atividades na Ordem Franciscana, mas nenhuma remunerada como as aulas e os sermões. Em 1837, solicitou à Nunciatura absolvição de seus gastos, que lhe foi concedido “pelas circunstâncias especiais” (Schubert, 1984). Em 1855, voltou a reclamar divisas para o tratamento e foi tranqüilizado pelo bispo de então, o Conde de Irajá. Monte Alverne manteve-se como sócio do Instituto Histórico da França, membro honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, da Sociedade Amante da Instrução e da Associação do Ensaio Filosófico, de 1836 até a sua morte.

Um pedido de D. Pedro II, em 1854, fez Monte Alverne subir ao púlpito para uma última palavra. Diz-se desta ocasião que fora a glória do pregador, mas Monte Alverne parecia ciente da decadência de seu gênero literário e da decrepitude de seu estado.

Não, não poderei terminar o quadro que acabei de bosquejar: compelido por ser uma força irresistível a encetar de novo a carreira que percorri 26 anos, quando a imaginação está extinta, quando a robustez da inteligência está enfraquecida por tantos esforços.

Não vejo as galas do santuário, e eu mesmo pareço estranho àqueles que me escutam, como desenterrar este passado tão fértil em reminiscências? Como reproduzir esses transportes, esse enlevo com que realcei as festas da religião e da pátria?. (Monte Alverne apud Martins, 1997: 468).

Entretanto, esta ocasião parece ter motivado o *capuchinho* de alguma forma. Após 1854, deu-se o direito de aparecer em público algumas vezes, de tentar fazer mais um sermão em 1855 e de participar das atividades da Província de maneira mais freqüente. Mesmo doente, resistiu 75 anos, idade avançada para o período. Em 1858, Monte Alverne faleceu. Sofrendo as dores de uma congestão cerebral teve, além dos olhos, a mente dissipada pela escassez da luz. Trasladado de Niterói, onde estava na casa de amigos, para o Rio de Janeiro, foi sepultado nas imediações do Convento Santo Antônio. Porto alegre prestou-lhe uma das últimas homenagens e, alguns de seus amigos quiseram crer que os custos da viagem e do funeral haviam sido pagos pelo próprio imperador, entretanto, as anotações da Ordem atestam os custos para a mesma. Este velho Pregador Imperial já não era tão importante. Algumas biografias e discursos foram registrados posteriormente. Com a sua morte, o silêncio dos oradores sacros, o som da voz de uma geração romântica.

B) Os estudos

A sermonística foi tratada com menos entusiasmo que seus personagens. São muito poucos os trabalhos a respeito deste gênero no Brasil. Embora muitos historiadores se dediquem ao entendimento de figuras como o Padre Antonio Vieira e alguns ao estudo de Januário da Cunha Barbosa, poucos se preocuparam com as características que pudessem unir os oradores sacros em sua atividade comum: a sermonística. Esta forma de expressão teve alguns momentos de maior impulso e outros de menor, aliás, como todas as formas de expressão. O período oitocentista abriga a maior quantidade de oradores sacros, bem como a mais efetiva representatividade dos mesmos junto à sociedade de seu tempo. Os sermões eram comentados, os sermonistas eram apoiados pela monarquia, o que fez com que neste período pudéssemos contar com vários nomes atuando neste campo, como:

Frei São Carlos, Frei Sampaio, Padre Januário da Cunha Barbosa e Frei Francisco do Monte Alverne. Os escritos de Monte Alverne serão nosso ponto de partida aos estudos da trajetória da sermonística no Brasil oitocentista. A sermonística alverniana, como um corpo literário dotado de perspectivas estéticas, políticas e éticas, oferece a possibilidade de uma pesquisa de quatro dimensões: a análise de sua beleza poética, de sua intenção política, de sua contribuição religiosa e de sua proposta filosófica. Destas quatro vertentes, por nós levantadas, todas já foram suscitadas entre os poucos estudos que se dedicaram a sermonística e à figura de Monte Alverne. Quanto aos estudiosos do primeiro grupo, as opiniões sobre Alverne variam: Ramiz Galvão (1867) coloca-o entre os principais oradores sacros de sua época; Haroldo Paranhos (1937), e coetâneos ao frei³, elogiaram-no por sua notabilidade e eloquência; Sílvio Romero (1902), qualificou-o como um filósofo e literato medíocre e pretensioso; José Veríssimo (1910) o saudou como entusiasta de uma definição da nacionalidade brasileira; Ronald de Carvalho (1976), pelo delineamento e inspiração dos parâmetros românticos; e Afrânio Coutinho (1956) detectou em sua obra a instrumentalização religiosa da moralidade política. Nestes breves comentários, uma característica é recorrente: as linhas que tangenciam a figura do pregador resumem-se a passagens que comentam os antecedentes do romantismo e que, portanto, analisam a sermonística como uma forma de expressão literária. Para estes autores, a literatura do Brasil oitocentista afirmou-se como arte e, neste ensejo, alargou suas possibilidades. Sua beleza, neste contexto, dependia das emoções alcançadas e das relações estabelecidas com a *cor local*, com a singularidade brasileira. No Brasil, como nos demais aspirantes à Nação, era necessário que esta individualidade construísse as nuances de uma unidade. O que, para Afrânio Coutinho (1975), conferiu aos estudos literários uma “confusão” entre a história das formas de arte e a história das instituições nacionais, fazendo da literatura um mero “*documento para o estudo do desenvolvimento de um espírito nacional, a história literária confundiu-se com a história da civilização*”. (COUTINHO: 1975, p. 15); seriam necessários, então, estudos que privilegiassem a literatura oitocentista não apenas sob o cunho da análise política. Para Ronald de Carvalho (1976),

A história da literatura brasileira pode ser dividida em três períodos, muito embora a precariedade de tais classificações dê sempre ensejo para reverter

³ Como é o caso de João Caetano em suas Lições Dramáticas (1970).

contendas inúteis. Entre os anos de 1509 e 1750, mais ou menos transcorre o seu período, ou de formação, quando era absoluto o predomínio do pensamento português; de 1750 a 1830, quando os árcades da escola mineira começaram a neutralizar, ainda que palidamente, os efeitos da influência lusitana, entrou ela em segundo período, ou de formação; finalmente, quando os românticos, os naturalistas e os simbolistas trouxeram às nossas letras o influxo das novas correntes de idéias, isto é, de 1830 em diante, tornou-se a literatura brasileira realmente nacional, começando, então, ao terceiro período, que poderíamos chamar autonômico. (Carvalho, 1976: 34).

Para José Veríssimo (1969), entre os predecessores do romantismo, que Afrânio Coutinho situou nos idos de 1800-1830, destacaram-se entre os poetas José Bonifácio de Andrada e Silva, e entre os prosadores, Frei Francisco do Monte Alverne, segundo o qual adverte:

A forma oral e popular da literatura tinha a sua mais alta, mais freqüente e mais autorizada expressão no sermão. Desta educação recebida, na escola e fora dela, de eclesiásticos, mais do que um real sentimento religioso resultou o hábito de expressões de caráter religioso não só em a nossa conversação corrente, mas locuções proverbiais que a expressão de verdadeiro sentimento religioso. Justamente nesta fase, os dois sentimentos, patriótico e religioso, misturaram-se aqui. Nas crises nacionais graves, como nos transes individuais, o espírito humano apavorado, revendo a origem deste sentimento, faz-se religioso. Aqui, demais, eram em grande número eclesiásticos os principais adeptos e fatores da revolução que se operava. Do púlpito, as vozes mais ou menos eloqüentes de Januário da Cunha Barbosa, de São Carlos, de Sampaio e de Monte Alverne pregavam ao mesmo tempo pela religião e pela pátria. Nas aulas, mestres, em maioria clérigos regulares ou seculares, juntavam à suas lições

fundamentalmente religiosas as suas excitações patrióticas. No Rio de Janeiro, o principal foco do movimento de independência nacional, Frei Francisco do Monte Alverne, fazia do púlpito ou da cátedra estrado de tribuno político, misturado, constantemente, com eloqüência retumbante, havia então por sublime a religião e a pátria. De resto, o romantismo europeu, mesmo na Alemanha, foi em seus princípios, não só uma reação religiosa, mas até católica. Esta sua feição bastava para tornar simpático, aqui, onde o elemento eclesiástico era mentalmente preponderante. (Veríssimo, 1969: 134).

Desta maneira, a estética que conferiu aos sermões brasileiros o ensejo de predecessores do romantismo no Brasil, possuía, mais do que características árcades, pressupostos românticos, anotados por Afrânio Coutinho (1975) como: um estilo universal, individualismo, subjetivismo, senso de mistério, reformismo, pitoresco, exagero, ausência de formalidades ou homogeneidade na escrita, entre outros encontrados na sermonística alverniana⁴. O que foi desdobrado em características essenciais ao Romantismo, iniciadas por Gonçalves de Magalhães, conforme ressalta Ronald de Carvalho (1976), *porque lhe deu mais liberdade, maior movimento de ritmos e fantasia nos assuntos; e porque introduziu um caráter religioso e patriótico, largo e eloqüente*. Silveira Bueno (1968) afirma haver a recorrência deste suporte na literatura brasileira, para ele:

Este pendor natural dos brasileiros para o sentimental, para o imaginoso, com abundância de adjetivos, de figuras, de metáforas, teve na oratória sagrada a sua melhor expressão. Todos os grandes pregadores, que começaram a salientar-se depois da chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, foram românticos. Nenhum deles, entretanto, mais romântico, mais nativista ou melhor que Monte Alverne (...) Monte Alverne já cita o Gênio do Cristianismo de Chateaubriand, os escritos de

⁴ Tais características foram observadas nos textos de Alverne como indicativos de seu espiritualismo e de seu ecletismo (SCHUBERT: 1984), entretanto, acreditamos serem uma somatória de ambas as percepções.

Beauchamp, sinal de que estava a par da literatura francesa, cita Ossian, Pope, Milton, Klopstock, Schiller, Tasso, Dante, etc. Monte Alverne foi, sem dúvida alguma, a figura maior dessa época pré-romântica, o preparador dos que depois viriam dar o impulso definitivo à reforma literária das nossas letras. Magalhães, Torres Homem e tantos outros grandes do momento receberam dele a sua formação literária, o entusiasmo pelas novas idéias que deviam ligar o escritor à terra, às tradições do povo, ao grande romantismo, enfim, brasileiro. A sua grande personalidade, não só de orador máximo da língua portuguesa no Brasil, mas de romântico, atraiu a Castilho, embora sendo o menor pelo talento, foi de certo, o de maior autoridade entre os românticos de Portugal, o guardião do romantismo português até o momento em que a escola realista de Coimbra entrou em luta com ele. Pode-se, portanto, dizer que Castilho encontrava em Monte Alverne senão o chefe do romantismo incipiente, ao menos, sua figura principal. (Silveira Bueno, 1968: 125)

Enquanto o romance ainda não se tornava o gênero literário mais preponderante, o sermão e a crônica jornalística fizeram as vezes de meios pedagógicos pelos quais o povo deveria ser ensinado a viver. O texto deveria ser claro, mas a sermonística alverniana não o era exatamente. Apontado pela erudição, e muitas vezes pelo pedantismo, Alverne costumava iniciar seus sermões por alegorias ou questionamentos do cotidiano. Com inícios políticos ou religiosos, finalizava seus sermões de forma abrupta, como se algo ainda pudesse ficar “no ar”, para ser levado a debate logo após a missa. Um dos únicos a investir-se de citações e referências em seus textos, tratava também de filosofia na Igreja e reservava para os panegíricos suas pretensas conjecturas políticas. O tom de seus discursos era dado pela eloquência, pela encenação de que estas linhas se embuam. Entre a estética árcade e a romântica, Monte Alverne possuía as características transitórias de quem está situado no final de uma e na formulação da

próxima⁵. A literatura alverniana possui uma soma destas características e antecede um período em que,

O círculo é relativamente estreito. Fecha-se no universo caseiro e diz respeito apenas àqueles que passam pela experiência mencionada no texto produzido. Inaugura-se, assim, uma outra concepção de literatura e leitura, que as vê integradas à existência cotidiana, impregnadas de significado pessoal e vinculadas ao âmbito dos sentimentos. (Lajolo, 1991:86).

Ao falar do Brasil, Monte Alverne propiciou uma identidade nacional que ainda estava em seus primeiros passos. A estética de sua literatura era a contemporânea: individualista, compunha os sermões conforme a maré subia. A ordenação das falas nos sermões, entretanto, obedecia a uma lógica praticamente barroca, vulto permitido pela tradição europeia da sermonística. Entre a antecipação do romantismo na escolha dos temas e a formulação barroca de sua narrativa, a conclusão da maior parte destes autores é a de que a literatura alverniana é ambígua, pode ser situada tanto entre os últimos árcades, como entre os predecessores do romantismo. Em nossa ótica, Monte Alverne fez parte destas duas classificações, como brasileiro oitocentista, ele compunha um quadro que ainda estava diluído no decorrer de um processo histórico. Ansiava por mudanças e, ao mesmo tempo, afirmava tradições. Monte Alverne era um homem de seu tempo, ao destaca-lo, destacamos o ordinário e é sob este aspecto que nossa proposta toma relevância: o estudo do comum, do papel da sermonística no Brasil oitocentista.

⁵ Os árcades procuravam o equilíbrio expressional com os clássicos antigos, que haviam sido *codificados pelos teóricos dos séculos XVI e XVII* (Candido, 1982). Suas matrizes teóricas eram os escritos de Luiz Antonio Verney, *O verdadeiro método de estudar*, e de Francisco José Freire, *Arte poética*. Para Antonio Cândido e Antonio Castello (1982), o *grande feito* dos árcades era o de fazer com que nossa literatura tomasse consciência de seus próprios temas, de sua individualidade; além de alargar o horizonte cultural do país até o sul de seus limites geográficos. O romantismo, portanto, caminhou numa direção parecida. Ao permitir o senso de aventura e criação, individualizava os temas segundo seus escritores: estando no Brasil, era necessário falar do Brasil – embora o tom permanecesse homogêneo. A opção estética de Monte Alverne era a mesma de Victor Cousin, para quem a finalidade da arte era o belo moral e sua liberdade seria alcançada na expressão daquele. Ao invés do conflito de paixões, a unidade da literatura romântica era dada pelos momentos históricos a serem narrados ou diluídos na ficção beletrista.

No tocante ao segundo grupo, Lúcio Gamarra (1927) destacou a atuação de Monte Alverne como mestre da alma; Frei Hélio Lopes⁶ (1958), seu maior estudioso, apontou o cunho intelectual da carreira religiosa de Monte Alverne, propondo o roteiro de um estudo biográfico; Frei Piva (1998), ressaltou sua importância na divulgação da fé franciscana; e Frei Sandro Roberto da Costa (2000) abordou a elaboração de um Plano de Reforma da Província Imaculada da Conceição do Brasil e o questionamento da profissão de fé. Nestes autores, Monte Alverne é analisado como contraponto à política e à religião vigentes. Tal análise, todavia, circunscreve-se ao meio religioso, não se estendendo à atuação do Frei num cenário mais amplo. A não ser pelos trabalhos de Ramiz Galvão (1922) e Hélio Lopes (1958), estes dois primeiros itens não oferecem material para discussão mais aprofundada a respeito da sermonística alverniana no sentido que nos propomos a analisar. No primeiro, contamos com uma análise da sermonística no Brasil dividida em quatro tempos de vigência, Alverne está situado no quarto e mais importante período. Para Ramiz Galvão, embora Monte Alverne seja pouco criativo e recorra a muitos galicismos, imprimiu larga influência na fala oitocentista. Ricas alegorias e sugestivas relações com o tempo corrente fizeram da eloquência de Alverne um marco na oratória religiosa e política do Brasil. Para o autor, a capacidade de seduzir o público, e não as idéias, redundantes e filosoficamente pouco desenvolvidas, seriam a força do discurso de Monte Alverne. Quanto ao segundo, o que podemos notar é uma profunda correspondência entre o *estudado* e o *estudioso*. Como Monte Alverne, Frei Hélio Lopes veio de família humilde e teve os estudos possibilitados pela condição de religioso. Seu trabalho ganhou muito pelo largo acesso as fontes⁷ e pela paixão com que a pesquisa foi realizada, mas perdeu pelo que nos parecem projeções de um em relação ao outro. Muitos trabalhos de Hélio Lopes foram publicados a respeito de Monte Alverne, entretanto, como seu interesse maior era o padre, sua colaboração ao nosso trabalho se limita as características biográficas dispostas em seus textos.

Os estudos mais recentes tratam da teoria eclética no Brasil, que propiciaria a agregação aos múltiplos interesses da época, como o estudo de Paulo Mercadante (1980) que, preocupado com o pensamento conservador no país, analisou a influência de Monte

⁶ Também encontrado como Roberto Lopes.

⁷ Dado o fato de ser um franciscano também.

Alverne como a de um crítico moderado e conciliador, tentando difundir o mérito de uma autonomia brasileira que mantivesse o estatuto de poder vigente; e o de Marcelo Francisco de Almeida (2001), mais preocupado com a circulação de idéias identitárias na imprensa brasileira e, assim, com a criação de uma literatura elitista e ao mesmo tempo crítica no país. A tese de doutoramento de Maria Orlanda Pinassi (1996) tratou das idéias apresentadas na Revista Niterói como resultado de um pensamento já desenvolvido nas aulas de filosofia de Alverne, no Seminário São José / Rio de Janeiro. A cientista social Maria Orlanda Pinassi se dispôs a resolver a questão: *Seria romântica a primeira geração romântica do Brasil?* Nesta geração incluiu os três principais autores da Revista Niterói: Sales Torres Homem, Araújo Porto alegre e Gonçalves de Magalhães -ao último conferiu maior importância e influência de Monte Alverne. Para a autora, o romantismo no Brasil não foi romântico, no sentido europeu do termo. Nossos românticos eram críticos que esperavam reformas, mas não revoluções. A difusão do ecletismo feita por Monte Alverne referendaria esta concepção romântica. De caráter conciliador, o ecletismo alverniano procuraria ressaltar os prós de uma monarquia constitucional, legitimando o sistema que lhe convinha. Inflexível, como apontou Elide Rugai Bastos na apresentação da tese, Maria Orlanda Pinassi esforçou-se por explicar como os padrões estéticos, que para ela são eticamente valoráveis, do romantismo brasileiro não se encaixam àqueles demonstrados por Georg Luckács, em sua análise da literatura de Goethe. Ao nosso ver, se por um lado a terminologia romântica não é precisa, por outro, a história também não é; o que nos leva a crer que uma análise pautada por modelos a serem *perseguidos* não contribuiria muito para a nossa proposta. Destes, o único estudo que se destinou especificamente ao ecletismo alverniano foi um trabalho de 1946, de Laerte Ramos de Carvalho. Neste trabalho, o autor analisou, de maneira muito profícua, o Compêndio de Filosofia do Padre-Mestre, por suas influências espiritualistas e escolásticas, indicando no Compêndio os resquícios das Reformas Pombalinas na Educação e as propostas brasileiras de intervenção na mesma. Para Laerte Ramos de Carvalho, a urgência modernizadora, moda nos conventos, em razão das sucessivas reformas educacionais no Brasil e no mundo, sugeriu para Monte Alverne a necessidade de reformulação das perspectivas filosóficas no país. Entretanto, a educação jesuítica, que recebeu nos conventos onde estudou, fez dos trabalhos de Monte Alverne o resultado da soma do olhar jesuíta à linguagem eclética. Na opinião deste autor, os trabalhos

de Alverne são tradicionais e conservadores, mas apontam para a urgência de uma transformação - de um pensador que quer, mas ainda não mudou.

Quanto aos interesses políticos, em sua tese de doutoramento, “Os Cruzados do Império”, a professora Teresa Malatian (1988), lidou com a relevância comunicativa da oratória sagrada num plano nacional e na construção de uma forma política de atuação no país. Esta atuação estaria permeada por um misto de representação – eloquência – e fé. Ubiratan Borges de Macedo (1997), ao procurar refletir acerca da “Idéia de Liberdade no século XIX: o caso brasileiro”, reservou um capítulo para Monte Alverne, no qual concluiu que o ensejo eclético era uma das faces conciliadoras do liberalismo no Brasil. Contudo, este autor apenas anotou como o ecletismo, com seu caráter agregador, referendou as intenções liberais, não chegando a analisar a posição de Monte Alverne nesta situação⁸.

Maria Beatriz Nizza da Silva (1978) e Jean Marcel Carvalho França (1999) formam o que seria nosso quarto grupo ao concatenar as opções filosófica, política e religiosa numa análise pautada pelo entendimento da construção da identidade cultural brasileira. Sua preocupação foi com o cotidiano, com a formação de um pensamento e de uma cultura brasileira que, especificamente, residia na Corte. Para estes autores, a importância de Monte Alverne estava na sermonística, que impulsionou uma discussão acerca da nacionalidade brasileira, e no ecletismo, que substantivou propostas conciliadoras no plano político e literário do Brasil. Com a sermonística, Monte Alverne contribuiu para o desenvolvimento de um público para o pensamento brasileiro e, assim, de *pensadores* brasileiros. Neste grupo poderíamos inserir Antonio Candido (1969), que avaliou o surgimento de temas nacionais como a formação da literatura brasileira e, portanto, a expressão de uma identidade nacional. Para nós a relevância deste último grupo de

⁸ Se este grupo estivesse incluso nos estudos acerca do ecletismo, não ressaltaria o fato de que aqueles entendem no ecletismo o agente fomentador da política conciliadora e de que estes observam no ecletismo a influência da ação liberal. Esta diferença metodológica modifica as conclusões a respeito de Monte Alverne nestes trabalhos. Nos primeiros, o pregador participou como criador de um processo civilizatório impingido ao país, nos segundos ou foi manobrado pelo referido processo, ou fez parte de uma dinâmica histórica resultante da combinação dos elementos de seu tempo. Ainda não nos consideramos na possibilidade de optar por uma das interpretações, sequer de concluir qual delas foi o caminho tomado por estes autores. Presumimos que, com o tempo de amadurecimento da pesquisa, as respostas à estas questões serão alcançadas.

autores foi a de indicar uma pesquisa ainda por ser feita: o estudo da figura de Monte Alverne como capital para o entendimento da sermonística naquele momento, e de sua sermonística como um eixo articulador na proposta de uma unidade entre as idéias liberais, iluministas e lusitanas que corriam nas bocas do Rio de Janeiro oitocentista.

A bibliografia a respeito de Monte Alverne consiste, como pudemos notar, em três eixos de interesse: a literatura, para o qual Monte Alverne foi precursor do romantismo; a religião, onde figura como importante difusor de poder e; o ecletismo, servindo de respaldo ao discurso político da época. Articulando estas três vertentes: o caráter fundador de suas letras. Focalizar Frei Francisco do Monte Alverne na sermonística da primeira metade dos oitocentos no Brasil e sua relevância na fundação de uma intelligentsia brasileira é um trabalho que ainda não foi feito e nos sugere importância pela recorrência com que esta forma de expressão foi utilizada no país⁹.

C) As fontes

O caráter dos quatro eixos de estudo acerca de Monte Alverne pode ser diferenciado entre duas perspectivas de análise: uma que parte dos discursos proferidos para entender os interesses e o cotidiano da época, situando sua percepção num âmbito pretensamente mais político, o que implica em creditar ao sujeito uma ação de sua única responsabilidade, e outra que parte da contraposição de fontes do período com as falas e escritos de Monte Alverne, procurando, com esta metodologia, encontrar o lugar social de Monte Alverne, e assim da sermonística, por meio de um mapeamento da cultura. Tomaremos o segundo caminho como nossa metodologia, para este intento contaremos com algumas fontes que foram por nós segmentadas em duas partes: primárias e secundárias.

Das primeiras participam as Obras oratórias, o Compêndio de Filosofia e as cartas de e para Monte Alverne – até o momento apuramos 14 entre Monte Alverne e Castilho, 12 entre Monte Alverne,

⁹ Caso nossa dúvida nos remeta a uma resposta negativa – Monte Alverne não teve significado neste período (1808 – 1836), nem em momento posterior – outras questões poderão ser respondidas – Qual e como funcionou a sermonística neste momento? O ecletismo foi aceito apenas como tipologia? Como a oratória política serviu-se da sermonística, desenvolvendo uma cultura política no Brasil? O que já nos parece algo merecedor de pesquisa.

Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre e 2 entre Monte Alverne e D. Pedro II -, das segundas participam algumas publicações que nos ajudarão a entender melhor o período. Das Obras Oratórias fazem parte 81 sermões, a primeira edição foi efetivada pela Tipografia Laemmert, dois volumes foram publicados em 1853 e outros dois em 1854. Uma nova edição, da P.Podestá, editora portuguesa, acompanhada de uma biografia de Monte Alverne feita pelo amigo Castilho, saiu em 1867. Em 1885 a mesma P.Podestá lançou uma segunda edição da obra. No Rio de Janeiro, a Garnier encarregou-se de nova edição, seguida pela Laemmert, em 1863, que acrescentou mais dois sermões e a correção de Raimundo Câmara Bittencourt. As Obras Oratórias possuem o seguinte formato: a) sermões quaresmais e de “Mistério”; b) panegíricos – elogio do santo festejado; c) sermões fúnebres; e, finalmente, d) sermões congratulatórios –ação de graças e festejos patrióticos. O Compêndio de Filosofia não foi tão bem aceito pelo público, contando, após a primeira publicação de 1854 – Laemmert, apenas com uma segunda edição, da Garnier, em 1858. Tratado como filosofia menor, não obteve, como as Obras Oratórias, publicações separadas de suas partes, nem menções em obras posteriores. Salvo o trabalho do Padre Leonel Franca (195?), poucos estudos detiveram-se na análise de suas concepções filosóficas em face da filosofia produzida no Brasil. Quatro retratos tentaram captar-lhe a imagem: em 1830, por seu aluno Manuel de Araújo Porto Alegre; em 1853, uma litografia de Brito e Braga; em 1858, uma pintura a óleo foi feita por Marignier, com a função de ser colocada em seu túmulo; e ainda em 1860, Tirone o pinta à óleo para ser colocado na sala dos guardiões do Convento Santo Antonio.

Das fontes secundárias participam as obras que acreditamos poder fornecer um quadro em que Monte Alverne seja colocado como expressão da sermonística a ser acompanhada. Incluímos trabalhos que falam a respeito do tempo que permite o desenvolvimento da sermonística, e da sermonística brasileira que comporta a figura de Monte Alverne. Neste primeiro item, gostaríamos de utilizar os trabalhos corográficos de A .J.de Melo Moraes (1866), que noticiou a composição urbanística da cidade do Rio de Janeiro de 1700 a 1850; assim como o mapa da população da corte e das províncias do Rio de Janeiro em 1821, publicado pela revista do IHGB no tomo 33; o catálogo da livraria Ganier das décadas de 1860 e 1870; a *História do Brasil*, do Barão do Rio Branco (1889); e o *Atlas do Império do Brasil*, de Mendes de Almeida (1869). Com estes textos e alguns outros -ainda

por serem levantados, pretendemos formular uma aproximação do espaço de gestação da sermonística no Brasil oitocentista. Outras três obras complementarão nossos estudos: o trabalho do Barão de Feuchtersleben (1888), poderá conferir a dimensão pedagógica que algumas obras alcançavam no Brasil; as *Preleções Filosóficas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira (1970), será utilizada para melhor compreender o ecletismo que foi desenvolvido no Brasil e, em certa medida, na sermonística; o conjunto de poesias de Domingos de Magalhães, em *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), caberá neste trabalho como meio de constatar a intervenção da sermonística e de Monte Alverne, bem como a mudança literária pela qual passou o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Quanto ao segundo item, o trabalho de Ramiz Galvão, *O púlpito no Brasil*, que, embora publicado em 1922 na Revista do IHGB, foi escrito em meados de 1869 – comportando uma recordação muito próxima de nosso recorte; os trabalhos de Manuel Duarte de Azevedo (1860) e de J. M. Pereira da Silva, que traçam alguns dos perfis dos sermonistas, religiosos e literatos oitocentistas – fornecendo-nos a regra destas figuras, para o entendimento das exceções promovidas por Monte Alverne; a exposição dos quadros gerais de funcionamento da Igreja no Brasil oitocentista, feita por Antonio R.V. de Oliveira (1866) – indicando-nos importância da sermonística em 1819, quando foi escrita; e a apresentação dos pregadores brasileiros até 1818, escrita pelo Padre Inácio Felizardo Fortes – que inclui uma regra geral de intervenção para os padres que pretendiam seguir a carreira de sermonistas. Quatro obras complementarão este panorama da sermonística no Brasil: uma edição dos sermões de Bossuet (1909) e o segundo volume do *Gênio do Cristianismo* de Chateaubriand (1928), que foram utilizados como base para a confecção da maior parte dos sermões oitocentistas brasileiros; a crítica à filosofia e à atuação da Igreja Católica no Brasil oitocentista, de L. P. Barreto (1874); e, por fim, a *Theoria da História da literatura portuguesa*, de Theóphilo Braga (1896), que desenvolveu um capítulo acerca da importância da sermonística como literatura para as nações lusófonas. Por último, veremos algumas obras que citaram ou destinaram-se ao estudo de Monte Alverne nos idos de 1800, entre elas: *Crônicas da coluna ao correr da pena*, de José de Alencar (1829-1877); *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, publicado por Gonçalves de Magalhães (1833) na Revista Niterói; *Lições dramáticas*, de João Caetano (198??); as biografias do Padre Monte Alverne, de Domingos de Magalhães (1882), e de Felizardo

Castilho (1854); sete cartas de Gonçalves de Magalhães a Monte Alverne - são as cartas de: 2 de janeiro de 1834; 8 de março de 1834; 22 de julho de 1834; 15 de janeiro de 1835; 23 de fevereiro de 1835; 27 de novembro de 1835; 29 de janeiro de 1836 - que, dispostas no Arquivo da Província da Imaculada Conceição do Brasil, contém as anotações de Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto alegre, quando de sua viagem à Europa, em meados de 1830; e três cartas de Castilho a Monte Alverne, respectivamente, de: 19 de junho de 1855, quando oferece a Monte Alverne uma cópia do poema dedicado a D. Teresa Cristina, 8 de março de 1856 e a carta de 25 de agosto de 1856.

Acreditamos que este quadro de fontes, primárias e secundárias, poderá nos ajudar a compor uma noção da relevância da sermonística no Brasil oitocentista como um movimento que colaborou com a invenção de uma opinião pública brasileira, segundo a figura do Frei Francisco do Monte Alverne. Este será o leme de nosso *roteiro para um novo estudo* acerca da sermonística no Brasil, a ser melhor delimitado no item abaixo.

D) A nossa proposta

Pretendemos estudar a relevância da sermonística na formação da intelectualidade brasileira oitocentista, por meio da vida e a da obra do pregador imperial e lente de filosofia do Colégio São José, Frei Francisco do Monte Alverne, ao longo do período compreendido entre a chegada da corte portuguesa ao Brasil (1808) e o fim do Primeiro Império no Brasil, momento que marcou também a queda da sermonística (1831). Tal estudo nos parece justificável na medida em que o referido personagem é uma peça fundamental do processo de invenção da *intelligentsia* brasileira: a sua trajetória como orador sacro conferiu-lhe notabilidade para uma atuação política na defesa da construção de uma identidade nacional; e o exercício de docência na cadeira de filosofia culminou na transmissão de uma interpretação muito peculiar do ecletismo de Victor Cousin. Monte Alverne, entre sermões e aulas, conciliou os discursos da composição agregadora que daria corpo à intelectualidade brasileira.

Com o material acima enumerado acreditamos ser possível desenvolver um trabalho a respeito da trajetória de Monte Alverne como sermonista. Até aqui analisamos as vertentes que se preocuparam com o estudo de sua figura e observamos a falta de uma reflexão

acerca de seu papel - e da sermonística - como inventor de uma *intelligentsia* brasileira. Relacionamos o material disponível para este trabalho e as formas com que pretendemos abordá-los. Desta feita, acreditamos ter apresentado nosso personagem e os limites de um estudo a respeito do mesmo, assim como a proposta de um roteiro de pesquisa¹⁰. Acreditamos que a apresentação de um roteiro para novos estudos possa ser válida na medida em que dispõe novas possibilidades metodológicas e temáticas no tratamento da construção de uma intelectualidade brasileira e que, sua relevância seja dada também no âmbito do debate historiográfico, em que o produto de nossas expectativas muitas vezes não atinge a amplitude das necessidades do tema. Assim, expor uma pesquisa ainda em andamento nos parece importante pela contribuição esperada do leitor deste caminho que, como ainda está por ser feito, pode ser reavaliado, melhorado ou mesmo modificado.

Em 1958, Frei Roberto Lopes propôs *um roteiro para um estudo* acerca da mesma figura, Frei Francisco do Monte Alverne, este estudo teve como foco a vida e a obra do sermonista. Nossa proposta é a de tomar esta trajetória como perspectiva pela qual pretendemos entender a contribuição da sermonística no Brasil oitocentista, desta feita, nosso *roteiro para um novo estudo* consiste em um alargamento da proposição de Frei Roberto Lopes e, ao mesmo tempo, em um redirecionamento de nosso olhar, da especificidade, pretendemos alcançar a generalidade de um Brasil ainda por ser feito e, esperamos que o roteiro agora estabelecido nos ajude nesta *empreitada*.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, José. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Publifolha, 1995.
ASSIS, Machado. Monte Alverne – Ao Padre Mestre A. J. Da Silveira Sarmiento, Crisálidas. In: *Poesias completas*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W.M. Jackson Inc, 1953.
BARRETO, L.P. *As três filosofias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1874.
CAETANO, João. *Lições dramáticas*. Brasília: MEC/ Serviço de Documentação.

¹⁰ Num próximo momento nos esforçaremos em refletir o estado da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, a fim de, com este passeio etnográfico, dimensionar ao leitor as condições nas quais se deu a atuação da sermonística e as influências de Monte Alverne na construção de uma identidade nacional por meio desta forma de comunicação.

- CANDIDO, A. O nacionalismo literário. In: *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1969, p.9 -22.
- _____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CARRATO, José Ferreira. *O iluminismo em Portugal e as reformas pombalinas do ensino*. São Paulo: Seção Gráfica da USP, 1980.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *A Lógica em Monte Alverne*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1946.
- CARVALHO, Ronald. *Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- COSTA, Frei Sandro Roberto da. Frei Francisco do Monte Alverne e o Plano da Reforma para a província da Imaculada Conceição do Brasil. In: *Vida Franciscana*, ano LVII, no. 74. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: GB, 1975.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Casa da Moeda/ Imprensa Nacional, 1999.
- KIEMEN, Mathias. *Francisco Monte Alverne's plan for the franciscan Province of Rio de Janeiro, 1833*. Washington: P.O. Box , 1972.
- LOPES, Frei Roberto. Oratória Sacra no Brasil (Do século XVI ao século XIX). Separata da *Revista Língua e Literatura*, no. 5. São Paulo: USP/ FFLCH, 1976.
- _____. *Monte Alverne: Pregador imperial. Roteiro para um estudo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1958.
- MACEDO, Ubiratan Borges de. A idéia de liberdade no século XIX: o caso brasileiro. Brasília: Expressão e Cultura, 1997.
- MAGALHÃES, Domingos de. *Biografia do Padre Monte Alverne*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no.(a conferir).
- MENDONÇA, Yolanda. *Frei Francisco do Monte Alverne: esteta da palavra*. Rio de Janeiro: Livraria Antunes, 1942.
- PAIM, Antônio. O ecletismo esclarecido. In: *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967. (51-125 pp.).
- PARANHOS, Haroldo. *História do Romantismo no Brasil (1830-1850)*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PRADO, Maria Emília. (org.) *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. A cultura explícita. In: *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. São Paulo: Brasiliana 1978, p.113-215.
- VERISSIMO, José. *História da Literatura Brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.